

Parir mundos em tempos de morte: matripotência como categoria analítica para o movimento Mães de Maio

Aline Xavier Melo

Orientador: João Bosco Filho

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.21138090>

Introdução

Cerca de 20 anos separam o processo de redemocratização do Brasil, após os anos de chumbo da ditadura empresarial-militar, dos Crimes de Maio em 2006, massacre ocorrido sobretudo nas periferias de São Paulo e na Baixada Santista, onde centenas de pessoas tiveram suas vidas ceifadas. O paralelo entre os períodos escancara a perpetuação da violência das forças policiais sob a égide de um Estado opressor.

Decorridas duas décadas dos Crimes, não houve uma resposta consistente e nenhuma responsabilização significativa por parte do Estado. A partir da dor da perda e do desejo por justiça, um grupo formado inicialmente por quatro mães decidiu se organizar e construiu o Movimento Independente Mães de Maio, que hoje figura como um dos maiores movimentos nacionais por direitos humanos na luta por justiça, memória e verdade.

Ao longo destes 20 anos de caminhada, as Mães de Maio transformaram o luto em luta permanente. O movimento realiza e participa de uma série de ações tendo como um dos principais eixos, o acolhimento e a solidariedade entre os familiares. Como resultado de sua atuação combativa, teve conquistas legislativas importantes e publicou cinco livros, nos quais as Mães relatam suas histórias como forma de protagonizar, materializar e eternizar a vida dos filhos.

Em março de 2026 foi lançado no município de Santos o Centro de Memória às Vítimas de Violência do Estado (CMVV) em articulação com o Centro de Acesso a Direitos e Inclusão Social (CAIS) Mães por Direitos, o primeiro equipamento público do país dedicado à preservação da memória, à produção de conhecimento e ao cuidado com familiares de vítimas da violência do Estado. O espaço foi idealizado pelo

Movimento Mães de Maio, recebe o apoio do governo federal e tem coordenação geral da organização Iniciativa Negra por uma Nova Política de Drogas.

Apesar da relevância do Movimento Mães de Maio, suas formas de organização e resistência têm sido, em muitos casos, interpretadas a partir de categorias analíticas que não dão conta de apreender a complexidade de suas práticas. Leituras ancoradas em referenciais ocidentais tendem a restringir a maternidade ao campo do privado ou do afetivo, obscurecendo suas dimensões coletivas, políticas e cosmológicas. Tal limitação evidencia a necessidade de deslocamentos epistemológicos que permitam compreender o movimento a partir de outras matrizes de pensamento.

É nesse horizonte que se insere a noção de matripotência, oriunda de epistemologias afrocentradas e fundamentada na cosmopercepção yorubá, que concebe a maternidade como força coletiva, política e criadora. Mais do que uma condição biológica ou um papel social, a maternidade, nessa perspectiva, configura-se como princípio de organização da vida, de produção de vínculos e de sustentação da existência. A matripotência, assim, possibilita compreender práticas maternas que operam simultaneamente nos planos ético, político e ontológico, deslocando os limites impostos pelas concepções modernas ocidentais.

À luz desse referencial, o presente trabalho, caracterizado como um ensaio crítico, tem por objetivo analisar o Movimento Independente Mães de Maio a partir da categoria de matripotência, articulando-a às dimensões do luto e da maternidade como práticas políticas. Parte-se do pressuposto de que essa categoria oferece ferramentas analíticas mais potentes para compreender a atuação do movimento, evidenciando como essas mulheres subvertem a lógica que confina a maternidade ao espaço privado, transformando-a em força coletiva de produção de memória, reivindicação de justiça e criação de novas possibilidades de existência.

Nessa perspectiva, argumenta-se que a experiência das Mães de Maio não apenas denuncia a violência de Estado, mas também inaugura formas outras de elaboração do luto e de exercício da maternidade, constituindo-se como prática insurgente que articula cuidado, memória e luta política. Ao fazê-lo, o movimento tensiona os limites das categorias analíticas tradicionais e aponta para a necessidade de construção de referenciais teóricos capazes de dialogar com experiências historicamente marginalizadas, contribuindo, assim, para a ampliação dos horizontes epistemológicos no campo das Ciências Humanas.

Os crimes de maio como expressão da necropolítica

Os Crimes de Maio representam um dos maiores massacres promovidos pelo Estado Brasileiro em sua história recente. Entre os dias 12 e 20 de maio de 2006, as periferias de São Paulo, Guarulhos e Baixada Santista viveram uma onda de terror em que cerca de 600 pessoas, principalmente jovens e negras, foram executadas.

A narrativa apresentada pelo Estado de que os ataques foram promovidos pelo Primeiro Comando da Capital (PCC) como retaliação ao processo de transferência e tentativa de controle das ações da organização criminosa (CAAF-UNIFESP, 2019), não se sustentou e frente à ausência de respostas contundentes por parte do poder público, as Mães e familiares das vítimas iniciaram um processo de busca por verdade e justiça que impulsionou investigações e a elaboração de relatórios por diferentes pesquisadores.

Publicado em 2019, o relatório produzido pelo Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), contou com a participação da fundadora e coordenadora do Movimento Mães de Maio, Débora Maria da Silva. A pesquisa apresentou novos elementos sobre a dinâmica da violência no período, a alta letalidade das ações policiais e a evidente negligência dos processos de investigação, conforme apontado pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo (CAAF-UNIFESP, 2019).

O relatório corrobora conclusões de pesquisa anterior nomeada São Paulo sob ataque, em que afirma que:

Os diversos elementos apontam para uma ação generalizada de extermínio praticada nas periferias por policiais, escolhendo previamente as vítimas que seriam assassinadas, com respaldo de policiais fardados e com manipulação do local da ocorrência para dificultar ou impedir a investigação posterior (CAAF-UNIFESP, 2019, p. 61).

A leitura desses acontecimentos à luz de referenciais críticos permite compreender sua inserção em uma lógica histórica mais ampla. Segundo o intelectual Frantz Fanon, “o mundo colonial é um mundo dividido em dois”, que opera dentro de uma lógica que desumaniza e animaliza o colonizado, onde a linha divisória é indicada pelos “quartéis e delegacias de polícia” (Fanon, 2022, p.34). Os Crimes de Maio evidenciam uma política de extermínio da população negra e periférica por um Estado que mantém a herança colonial de hierarquização das vidas.

A esse dispositivo controlado pelo direito, institucionalizado pelo racismo e aplicado em territórios negros, o filósofo camaronês Achille Mbembe, nomeou de

Necropolítica ou Política de Morte (Mbembe, 2018). No caso brasileiro, tal dinâmica se manifesta de maneira contundente nos territórios periféricos, onde a política de segurança pública, frequentemente articulada à chamada “guerra às drogas”, opera como dispositivo de gestão da morte. (Akotirene, 2023).

A partir dessa perspectiva, os Crimes de Maio podem ser compreendidos não como eventos excepcionais, mas como expressão aguda de uma racionalidade estatal que autoriza e legitima o extermínio de determinados segmentos sociais. Como denunciam as Mães de Maio (Mães De Maio, 2018, p.108):

Atualmente, há fartos indícios de que o alto comando da polícia - sob os aplausos de representantes das elites e, posteriormente, do próprio Ministério Público de SP - decidiu “partir para cima” “sem dó nem piedade” da população de forma abusiva e indiscriminada, matando já de início mais de 100 pessoas, grande parte em circunstâncias que pouco tinham a ver com a suposta “legítima defesa” (...) com base em mero preconceito pela cor e aparência: racismo puro e simples.

A denúncia formulada pelo movimento explicita o caráter racializado dessa política de morte e reafirma a centralidade da experiência das vítimas e de seus familiares na produção de narrativas que confrontam a versão oficial. Assim, ao nomear e denunciar tais práticas, as Mães de Maio não apenas reivindicam justiça, mas também desvelam os mecanismos contemporâneos de atualização da violência colonial no Brasil.

O luto como responsabilidade ética

A violência sistemática promovida pelo Estado contra populações negras, pobres e periféricas não se restringe à eliminação física de corpos, mas se estende à produção de regimes de visibilidade que determinam quais vidas são reconhecidas como dignas de luto. Nesse processo, a mídia desempenha papel central ao construir narrativas que associam as vítimas à criminalidade, operando uma desumanização que legitima sua morte e desautoriza a comoção pública. Trata-se, portanto, de um dispositivo que não apenas informa, mas regula afetos, produzindo uma distribuição desigual do reconhecimento e da indignação.

É nesse horizonte que a reflexão de Judith Butler se torna fundamental. Ao problematizar os “quadros de reconhecimento”, a autora demonstra como determinadas vidas são sistematicamente excluídas das condições de inteligibilidade que as tornariam

passíveis de luto. Para a filósofa, o rosto representa a extrema precariedade ou vulnerabilidade política e seu uso na mídia pode gerar desumanização, ora pela identificação do rosto com o inumano, ora pela exclusão da imagem. Butler aponta os perigos do apagamento da imagem, ao enfatizar que “se uma vida não é digna de luto, ela não é bem uma vida” (Butler, 2023, p. 55) e compreende a urgência de resgatar o rosto, a imagem em sua fragilidade, precariedade, para alcançar o lugar da indignação ética e “nos devolver o humano onde não esperamos encontrá-lo”. (Butler, 2023, p. 182).

Essa lógica pode ser compreendida em continuidade com aquilo que Achille Mbembe (2018) denomina necropolítica, ou seja, um regime de poder que não apenas decide sobre a morte, mas também regula as condições sob as quais certas vidas podem ser reconhecidas como vividas. A negação do luto, nesse contexto, constitui uma dimensão fundamental da política de morte, pois impede a elaboração pública da perda e, conseqüentemente, a emergência de demandas por justiça. Assim, matar e tornar não-enlutável são operações complementares de um mesmo dispositivo.

O luto é um dos elementos cruciais para compreender o Movimento Mães de Maio. A rede de Mães enfrenta o poder normativo midiático e a lógica de “distribuição diferencial do luto”, na medida em que há 20 anos ocupa diversos espaços e inserem o luto enquanto categoria pública. Transformam a dor da perda numa luta incansável por justiça através de ações que buscam dar visibilidade e humanizar seus entes queridos. Ao nomear seus mortos, expor seus rostos e narrar suas histórias, as Mães confrontam diretamente a lógica de desumanização, reinscrevendo seus filhos no campo das vidas dignas de luto.

Nesse processo, o luto deixa de ser apenas uma resposta à perda e se torna um dispositivo político que articula dor, memória e luta. A insistência em lembrar, denunciar e reivindicar justiça configura uma forma de resistência à necropolítica, na medida em que desafia a tentativa de apagamento dessas vidas. Assim, mais do que expressão de sofrimento, o luto das Mães de Maio constitui uma prática insurgente que reconfigura os limites do político, produzindo novas formas de comunidade e de responsabilização ética.

De modo geral, o processo de luto pode ser compreendido num viés transformador. Segundo Butler, a perda nos faz perceber uma interdependência ou entrelaçamento entre nossas vidas para além do aspecto relacional, mas configurada como um laço, que, se desfeito, é capaz de nos desfazer em alguma medida. Nesse

sentido, a perda pode conduzir a uma responsabilidade ética (Butler, 2023), o que remete à formação dos movimentos de mães por justiça. O luto adquire, assim, um sentido social de ordem complexa e viabiliza a formação de uma comunidade política.

Matripotência e transformação social

A compreensão da atuação do Movimento Independente Mães de Maio exige um deslocamento das categorias ocidentais tradicionais que circunscrevem a maternidade à esfera privada e à experiência individual. Nesse sentido, torna-se fundamental situar o lugar da mulher negra enquanto sujeito político, historicamente constituído na intersecção entre raça, classe e gênero. Segundo a intelectual Lélia Gonzalez, as mulheres negras encontram-se no foco do perverso sistema socioeconômico pela subordinação de gênero, opressão racial e exploração de classe e têm um papel fundamental nos movimentos de resistência e liberdade (Gonzalez, 2020).

Para Lélia, o protagonismo da mulher negra no processo de transformação social relaciona-se com a memória cultural ancestral. Sabe-se que em muitas sociedades africanas no período pré-colonial, as mulheres não ocupavam o lugar de subordinação, mas “desempenhavam papéis sociais tão importantes quanto os homens” (Gonzalez, 2020, p. 269).

Nessa perspectiva, lanço mão da produção da socióloga nigeriana Oyèrónké Oyěwùmí, a qual fundamenta seu trabalho em filosofias africanas e introduz o conceito de Matripotência (o poder da maternidade) a partir da potência criadora das Iyá, que não pode ser reduzida à ideia ocidental de “mãe”, uma vez que se refere a uma posição relacional, social e cosmológica que articula dimensões materiais e espirituais da existência. Oyěwùmí mostra como as construções de gênero no ocidente, baseadas em aspectos biologizantes e binários contribuíram para a hierarquização e o patriarcado e como a categoria mãe acompanha essa hierarquia (Oyěwùmí, 2021).

Em contraposição, nas cosmopercepções Yorubá, o princípio que determina a organização social é a senioridade, baseado na idade cronológica, assim a Iyá ocupa um lugar central enquanto instituição social por seu caráter sócio-espiritual. A relação entre Iyá e prole é considerada de forma metafísica e atemporal, pois compreende a dimensão desde a concepção ao período póstumo, em caráter vitalício. O vínculo estabelecido entre Iyá-prole é a unidade social mais importante da sociedade Yorubá, em virtude de sua qualidade matripotente, como explica Oyěwùmí (2021, p. 25):

Iyá está no centro do sistema baseado na senioridade, que simboliza o que descrevo como princípio matripotente. A Matripotência descreve os poderes, espiritual e material, derivados do papel procriador de Iyá. A eficácia de Iyá é mais pronunciada quando considerada sua relação com a prole nascida. (...) Como todos os humanos tem uma Iyá, todos nascemos de uma Iyá, ninguém é maior, mais antigo ou mais velho que Iyá.

Para a cultura Yorubá, a categoria Iyá possui o papel de cocriação - com *Elédàá*, o Senhor da Criação - dos seres humanos e, portanto, se destaca enquanto figura representativa da humanidade. A representação garante um viés coletivo para a Iyá e, nesse sentido, a maternidade se inscreve no âmbito público, de forma imprescindível e potente (Oyěwùmí, 2021).

Nesse sentido, podemos afirmar que o conceito de matripotência, entendido como o conjunto de forças materiais, simbólicas e espirituais, derivadas da posição de Iyá, refere-se a uma potência criadora e organizadora da vida social, que ultrapassa a dimensão biológica da maternidade e se inscreve como princípio coletivo de sustentação da existência.

À luz dessa perspectiva, o Movimento Mães de Maio pode ser compreendido como expressão contemporânea de uma prática matripotente. Ao protagonizarem a luta política, as Mães de Maio se colocam enquanto autoridade no espaço público, pois como afirma a intelectual Carla Akotirene (Akotirene, 2023, p. 180), “pessoas negras e africanas jamais reduzem seus conflitos a experiências privadas”. Numa perspectiva matripotente, a rede de Mães subverte a noção ocidental de maternidade localizada na esfera privada e associada à fragilidade e à submissão ao enfrentar a estrutura de silenciamento e coletivizar suas perdas.

Durante os 20 anos de trajetória, o Movimento promoveu e participou de inúmeras ações coletivas de combate aos crimes do Estado, seja por meio de encontros, debates, conferências, seminários e audiências públicas com a finalidade de denunciar os abusos da engrenagem policial e o racismo estrutural, tornando-se referência para diversos movimentos sociais. Além disso, o Movimento compõe a Rede Nacional de Familiares de Vítimas de Violência Policial, e possui articulações com a Rede Global, que inclui o movimento Black Lives Matter dos EUA, e outros coletivos latino-americanos, da Colômbia, México e Chile (Fernandes, 2021).

A matripotência também se materializa em diversas práticas coletivas da organização no cotidiano, como por exemplo na dimensão do cuidado entre os familiares. Um dos principais eixos de atuação das Mães tem sido o acolhimento e a

solidariedade entre familiares e amigos de vítimas do Estado, dentro de uma lógica de resistência e multiplicação de outras mães combativas e implicadas na criação de uma nova sociedade na qual a juventude negra e periférica tenha direito à vida e à liberdade.

Assim, a atuação das Mães de Maio não se reduz a uma reação à violência sofrida, mas configura uma prática criadora que produz novos sentidos para a maternidade, para o luto e para a própria ação política. Ao insistirem na memória de seus filhos e na defesa da vida de outros jovens negros e periféricos, essas mulheres operam uma ética da continuidade, na qual o cuidado se estende para além da vida individual, assumindo um caráter coletivo e transgeracional.

Ainda que o sistema se reorganize e continue vitimando jovens negros e periféricos pelo país, as contribuições da luta incansável das Mães para a transformação social devem ser reconhecidas como de grande relevância social. As conquistas legislativas, como a extinção do chamado “auto de resistência” em 2016, que combate à impunidade de policiais, a instituição da Semana Estadual das Pessoas Vítimas de Violência no Estado de São Paulo, lei aprovada em 2014, e em 2026 a criação do Centro de Memória às Vítimas de Violência do Estado (CMVV), que apresenta como um dos pilares, o cuidado psicossocial para as famílias, são resultado da mobilização persistente dos movimentos de mães e confere densidade ao Movimento.

Como sugere Frantz Fanon (2022), é no interior do enfrentamento à opressão que se produzem processos de recomposição subjetiva e coletiva.

O período de opressão é doloroso, mas o combate, ao reabilitar o homem reprimido, desenvolve um processo de reintegração que é extremamente fecundo e decisivo. O combate vitorioso de um povo não consagra unicamente o triunfo de seus direitos. Dá a esse povo densidade, coerência e homogeneidade. (Fanon, 2022, p. 303).

Entre a dor pessoal e a ação coletiva, há 20 anos as Mães se recusam a aceitar a política de morte mantida pelo Estado Democrático de Direito que as expropriou da “condição de proprietárias das vidas produzidas por elas” (Akotirene, 2023, p.65) e através da luta cotidiana buscam produzir novos sentidos para suas histórias, além de reivindicar uma sociedade realmente justa e livre. Não raras vezes, as Mães verbalizaram o desejo de parir uma nova sociedade e, a partir de uma luta persistente, esta gestação tem mostrado seus frutos.

Nesse sentido, a luta das Mães de Maio pode ser compreendida como prática de reinvenção da vida, na qual a dor é transformada em força política e a maternidade se afirma como princípio de transformação social. Ao reivindicarem o direito à vida e à

memória, essas mulheres não apenas resistem à violência de Estado, mas anunciam outras possibilidades de existência, orientadas por uma lógica matripotente de criação e sustentação da vida.

Considerações finais

O presente trabalho refletiu sobre o Movimento Independente Mães de Maio a partir das categorias de luto e maternidade, evidenciando como essas dimensões, longe de se restringirem ao âmbito privado, são mobilizadas como práticas políticas de enfrentamento à violência de Estado. Ao inscreverem o luto no espaço público, as Mães tensionam a lógica que hierarquiza vidas e regula quais existências são passíveis de reconhecimento e de comoção, desafiando os enquadramentos que sustentam a desumanização das vítimas.

Nesse processo, o luto se configura como responsabilidade ética e como dispositivo coletivo de produção de memória, denúncia e reivindicação de justiça, constituindo-se como forma de resistência às dinâmicas necropolíticas que incidem sobre a população negra e periférica. Ao recusarem o silenciamento e insistirem na visibilidade de seus mortos, as Mães de Maio produzem uma ruptura com a política de apagamento, afirmando o valor dessas vidas e a necessidade de sua reparação.

A partir do diálogo com epistemologias afrocentradas, especialmente com a noção de matripotência, o trabalho buscou demonstrar que a atuação das Mães de Maio não pode ser compreendida apenas como reação à violência sofrida, mas como prática criadora que reconfigura o próprio sentido da maternidade. Ao deslocarem a maternidade da esfera privada para o campo da ação coletiva, essas mulheres afirmam uma potência política que articula cuidado, memória e luta, produzindo novas formas de organização social e de sustentação da vida.

Assim, se por um lado o Brasil segue como produtor de Mães de Maio, em função da persistência da violência estatal, por outro, essas mulheres, a partir de uma perspectiva matripotente, constituem-se como agentes fundamentais na construção de alternativas éticas e políticas que afirmam a centralidade da vida. Ao transformarem a dor em ação coletiva, as Mães não apenas denunciam a violência, mas anunciam outras possibilidades de existência, orientadas pela valorização da vida da juventude negra e periférica e pela construção de uma sociedade mais justa.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **“É fragrante fojado dôtor vossa excelência”**: audiências de custódia, africanidades e encarceramento em massa no Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2025.

ALVES, Míriam Cristiane Silva; MELO, Ana Paula; DIAS, Raquel Silveira Rita; LAMPAZZI, Priscilla Pinheiro; PORTILHO, Kaká. **Matripotência e Mulheres Olùṣò: Memória Ancestral e a Enunciação de Novos Imaginários**. 1ª ed. Porto Alegre, RS: Editora Rede UNIDA, 2021.

BUTLER, Judith. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. Tradução de Andreas Lieber; revisão técnica Carla Rodrigues. 1ª ed.; 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

CAAF-UNIFESP. **Violência de Estado no Brasil: uma análise dos Crimes de Maio de 2006 na perspectiva da antropologia forense e da justiça de transição - Relatório Final**. São Paulo: UNIFESP, 2019.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução de Lígia Fonseca Ferreira e Regina Salgado Campos. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FERNANDES, Francilene Gomes. **Movimentos sociais e mídias alternativas no enfrentamento à violência policial**. 2021. 222 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organização de Flavia Rios e Márcia Lima. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

MÃES DE MAIO. **Do luto à luta**: Mães de Maio. São Paulo: Nós por nós, 2011a.

MÃES DE MAIO. **Salve Mães de Maio**. São Paulo: Nós por nós, 2018.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. 3. ed. São Paulo: N-1 edições, 2018.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.